DE ACORDO COM O EDITAL Nº 01/2026 DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

CONCURSO UNIFICADO-MA

CONCURSO UNIFICADO DO MARANHÃO

SEDUC-MA - PROFESSOR HISTÓRIA



- Língua Portuguesa
- Matemática e Raciocínio lógico
- Geografia e História do Maranhão
- Noções de Informática
- Conhecimentos Específicos

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- Questões gabaritadas.
- Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Adquira aqui sua apostila completa

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

UNIFICADO-MA

CONCURSO UNIFICADO DO MARANHÃO

SEDUC-MA - PROFESSOR – HISTÓRIA

EDITAL Nº 01/2026 DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

CÓD: OP-180NV-26
7901204406496

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Língua Portuguesa

1. Redação Oficial 9
2. Ortografia 16
3. Acentuação 17
4. Emprego do sinal indicativo de crase 18
5. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados; Relação do texto com seu contexto histórico 19
6. Discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre 20
7. Intertextualidade 22
8. Figuras de linguagem 24
9. Morfossintaxe: Coordenação e subordinação 25
10. Elementos estruturais e processos de formação de palavras 29
11. Sinonímia e antonímia; Denotação e conotação 30
12. Pontuação 31
13. Pronomes 32
14. Concordância nominal e concordância verbal 33
15. Flexão nominal e flexão verbal; Vozes do verbo; Correlação de tempos e modos verbais 35
16. Regência nominal e regência verbal 37
17. Conectivos 38
18. Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas; organização e reorganização de orações e períodos; equivalência e transformação de estruturas) 39

Matemática e Raciocínio lógico

1. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações; Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas 51
2. Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos 57
3. Números inteiros e racionais: operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação); expressões numéricas; múltiplos e divisores de números naturais; problemas. Frações e operações com frações 84
4. Números e grandezas proporcionais: razões e proporções; divisão em partes proporcionais; regra de três; porcentagem e problemas envolvendo regra de três simples, cálculos de porcentagem, acréscimos e descontos 91
5. Noções de Estatísticas: medidas de tendência central (moda, mediana, média aritmética simples e ponderada) e de dispersão (desvio médio, amplitude, variância, desvio padrão); leitura e interpretação de gráficos (histogramas, setores, infográficos) e tabelas 98

Geografia e História do Maranhão

1. Formação territorial e ocupação do espaço maranhense 109
2. Localização, limites, divisão político-administrativa e regionalização do Maranhão 113
3. Aspectos físicos e naturais: relevo, clima, solos, vegetação, biomas e domínios de transição. Hidrografia e principais bacias hidrográficas. Litoral maranhense, ecossistemas costeiros e recursos naturais 116
4. População, dinâmica demográfica, migrações, urbanização e rede urbana. Aspectos econômicos: agricultura, pecuária, extrativismo, indústria, mineração, comércio, serviços, turismo, infraestrutura, portos e ferrovias 125

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

5. Questões ambientais, conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável 128
6. Povos indígenas, comunidades quilombolas e populações tradicionais 132
7. Formação histórica do Maranhão. Povos originários e colonização. França Equinocial e ocupação portuguesa. Fundação e formação de São Luís. Economia e sociedade colonial. Escravidão indígena e africana. Produção algodoeira e transformações econômicas. Independência e formação da província. 136
8. Balaiada: contexto, causas, principais personagens, desenvolvimento e consequências. Maranhão na Primeira República. Transformações econômicas, políticas e sociais no século XX. Industrialização, urbanização, grandes projetos, mineração e infraestrutura 140
9. Maranhão contemporâneo e processo de redemocratização 145
10. Cultura, patrimônio histórico e manifestações culturais maranhenses. Bumba meu boi, Tambor de Crioula, Tambor de Mina, reggae e demais manifestações populares. Literatura e personalidades maranhenses. Patrimônio material e imaterial 149
11. Aspectos políticos, sociais, econômicos, ambientais e culturais do Maranhão na atualidade 153

Noções de Informática

1. Conceitos básicos de hardware e software; dispositivos de entrada, saída e armazenamento; softwares utilitários 163
2. Sistemas operacionais (ambiente windows) 167
3. Gerenciamento de arquivos e pastas 172
4. Ferramentas de produtividade: edição de textos, planilhas e apresentações (microsoft office e google workspace) 175
5. Correio eletrônico (gmail e outlook) 215
6. Ferramentas de reuniões virtuais (microsoft teams, zoom e google meet) 219
7. Redes de computadores: conceitos básicos de internet e intranet. Navegadores de internet (microsoft edge, mozilla firefox e google chrome). Pesquisa e busca avançada na internet 228
8. Armazenamento e compartilhamento de arquivos em rede e na nuvem 235
9. Segurança da informação: ameaças digitais, vírus, malware, phishing e engenharia social; antivírus, firewall, senhas seguras, autenticação multifator e procedimentos de backup 249
10. Noções de inteligência artificial generativa e suas aplicações em ferramentas de produtividade (copilot e gemini), pesquisa, elaboração de documentos e automação de tarefas administrativas; uso responsável da inteligência artificial e proteção de informações 257
11. Lei geral de proteção de dados pessoais (lgpd) 259
12. Transformação digital na administração pública: governo digital, processos e documentos eletrônicos, assinaturas eletrônicas e noções de interoperabilidade entre sistemas 273

Conhecimentos Específicos
SEDUC-MA - Professor – História

1. Ensino de história: seleção e organização de objetos de conhecimento históricos, metodologias do ensino de história, trabalho com documentos e diferentes linguagens no ensino de história 279
2. Economia, sociedade e cultura na antiguidade: as primeiras civilizações do oriente, a civilização grega e a romana 288
3. A idade média: a formação da europa medieval, a geopolítica da expansão do cristianismo, o feudalismo a transição para o capitalismo 291
4. Idade moderna: o renascimento cultural e comercial; o absolutismo monárquico; a reforma e a contra reforma 295
5. As grandes navegações no século xv: partilha de terras coloniais, economia mercantil e regime de monopólios, fortalecimento da burguesia mercantil 299

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

ÍNDICE

6. O tráfico atlântico, a escravidão africana e a diáspora dos povos africanos 300
7. A américa antes dos europeus: populações nativas, organização social e cultural 302
8. O brasil colônia: a sociedade, a economia, a atuação dos jesuítas 304
9. A crise do sistema colonial no brasil: rebeliões locais e o processo de emancipação política 310
10. Iluminismo e revolução francesa 313
11. A afirmação do capitalismo e do liberalismo: revolução industrial, ideologias do século xix (liberalismo, socialismo utópico e científico, doutrina social da igreja, anarquismo) 317
12. Brasil imperial: sociedade escravista, abolicionismo e crise do império 321
13. Resistência de negros e indígenas nos períodos colonial e imperial da história do brasil 325
14. Brasil republicano: república velha, era vargas, populismo, ditadura civil militar, redemocratização e contemporaneidade 328
15. Canudos: messianismo e conflito social 332
16. Mundo contemporâneo: da primeira guerra mundial à globalização 335
17. Neoliberalismo e suas consequências 339
18. Os países bric: coalizões, impasses e desafio geopolíticos no capitalismo 340
19. Sociedades africanas e subsaarianas iorubás, daomeanos, gana, mali, congo, monomotapa 344
20. Questões indígenas, questões étnico-raciais, de gênero e direitos humanos no brasil contemporâneo 347
21. Conflitos no século xxi 351
22. O estado do maranhão no contexto brasileiro nos séculos xx e xxi: cultura popular e folclórica capixaba: congo, folia de reis, ticumbi, reis de bois, festas de mastros, pastorinhas, jongo, capoeira, boi pintadinho, alardo, danças folclóricas dos imigrantes; economia, política e sociedade capixaba 354

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

REDAÇÃO OFICIAL

O que é Redação Oficial[1]

Em uma frase, pode-se dizer que redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige atos normativos e comunicações. Interessa-nos tratá-la do ponto de vista do Poder Executivo.

A redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade. Fundamentalmente esses atributos decorrem da Constituição, que dispõe, no artigo 37: "A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)". Sendo a publicidade e a impessoalidade princípios fundamentais de toda administração pública, claro que devem igualmente nortear a elaboração dos atos e comunicações oficiais. Ademais, não se concebe que um ato normativo de qualquer natureza seja redigido de forma obscura, que dificulte ou impossibilite sua compreensão.

A transparência do sentido dos atos normativos, bem como sua inteligibilidade, são requisitos do próprio Estado de Direito: é inaceitável que um texto legal não seja entendido pelos cidadãos. A publicidade implica, pois, necessariamente, deve possuir clareza e concisão, além de atender à disposição constitucional, a forma dos atos normativos obedece a certa tradição. Há normas para sua elaboração que remontam ao período de nossa história imperial, como, por exemplo, a obrigatoriedade – estabelecida por decreto imperial de 10 de dezembro de 1822 – de que se aponha, ao final desses atos, o número de anos transcorridos desde a Independência. Essa prática foi mantida no período republicano.

Esses mesmos princípios (impessoalidade, clareza, uniformidade, concisão e uso de linguagem formal) aplicam-se às comunicações oficiais: elas devem sempre permitir uma única interpretação e ser estritamente impessoais e uniformes, o que exige o uso de certo nível de linguagem. Nesse quadro, fica claro também que as comunicações oficiais são necessariamente uniformes, pois há sempre um único comunicador (o Serviço Público) e o receptor dessas comunicações ou é o próprio Serviço Público (no caso de expedientes dirigidos por um órgão a outro) – ou o conjunto dos cidadãos ou instituições tratados de forma homogênea (o público).

Outros procedimentos rotineiros na redação de comunicações oficiais foram incorporados ao longo do tempo, como as formas de tratamento e de cortesia, certos clichês de redação, a estrutura dos expedientes, etc. Mencione-se, por exemplo, a fixação dos fechos para comunicações oficiais, regulados pela Portaria no 1 do Ministro de Estado da Justiça, de 8 de julho de 1937, que, após mais de meio século de vigência, foi revogado pelo Decreto que aprovou a primeira edição deste Manual.

Acrescente-se, por fim, que a identificação que se buscou fazer das características específicas da forma oficial de redigir não deve ensejar o entendimento de que se proponha a criação – ou se aceite a existência – de uma forma específica de linguagem administrativa, o que coloquialmente e pejorativamente se chama burocratês. Este é antes uma distorção do que deve ser a redação oficial, e se caracteriza pelo abuso de expressões e clichês do jargão burocrático e de formas arcaicas de construção de frases.

A redação oficial não é, portanto, necessariamente árida e infensa à evolução da língua. É que sua finalidade básica – comunicar com impessoalidade e máxima clareza – impõe certos parâmetros ao uso que se faz da língua, de maneira diversa daquele da literatura, do texto jornalístico, da correspondência particular, etc. Apresentadas essas características fundamentais da redação oficial, passemos à análise pormenorizada de cada uma delas.

▸A Impessoalidade

A finalidade da língua é comunicar, quer pela fala, quer pela escrita. Para que haja comunicação, são necessários:

a) alguém que comunique,

b) algo a ser comunicado, e

c) alguém que receba essa comunicação.

No caso da redação oficial, quem comunica é sempre o Serviço Público (este ou aquele Ministério, Secretaria, Departamento, Divisão, Serviço, Seção); o que se comunica é sempre algum assunto relativo às atribuições do órgão que comunica; o destinatário dessa comunicação ou é o público, o conjunto dos cidadãos, ou outro órgão público, do Executivo ou dos outros Poderes da União. Percebe-se, assim, que o tratamento impessoal que deve ser dado aos assuntos que constam das comunicações oficiais decorre:

a) da ausência de impressões individuais de quem comunica: embora se trate, por exemplo, de um expediente assinado por Chefe de determinada Seção, é sempre em nome do Serviço Público que é feita a comunicação. Obtém-se, assim, uma desejável padronização, que permite que comunicações elaboradas em diferentes setores da Administração guardem entre si certa uniformidade;

b) da impessoalidade de quem recebe a comunicação, com duas possibilidades: ela pode ser dirigida a um cidadão, sempre concebido como público, ou a outro órgão público. Nos dois casos, temos um destinatário concebido de forma homogênea e impessoal;

c) do caráter impessoal do próprio assunto tratado: se o universo temático das comunicações oficiais se restringe a questões que dizem respeito ao interesse público, é natural

1 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

que não cabe qualquer tom particular ou pessoal. Desta forma, não há lugar na redação oficial para impressões pessoais, como as que, por exemplo, constam de uma carta a um amigo, ou de um artigo assinado de jornal, ou mesmo de um texto literário. A redação oficial deve ser isenta da interferência da individualidade que a elabora. A concisão, a clareza, a objetividade e a formalidade de que nos valemos para elaborar os expedientes oficiais contribuem, ainda, para que seja alcançada a necessária impessoalidade.

A Linguagem dos Atos e Comunicações Oficiais

A necessidade de empregar determinado nível de linguagem nos atos e expedientes oficiais decorre, de um lado, do próprio caráter público desses atos e comunicações; de outro, de sua finalidade. Os atos oficiais, aqui entendidos como atos de caráter normativo, ou estabelecem regras para a conduta dos cidadãos, ou regulam o funcionamento dos órgãos públicos, o que só é alcançado se em sua elaboração for empregada a linguagem adequada. O mesmo se dá com os expedientes oficiais, cuja finalidade precípua é a de informar com clareza e objetividade.

As comunicações que partem dos órgãos públicos federais devem ser compreendidas por todo e qualquer cidadão brasileiro. Para atingir esse objetivo, há que evitar o uso de uma linguagem restrita a determinados grupos. Não há dúvida que um texto marcado por expressões de circulação restrita, como a gíria, os regionalismos vocabulares ou o jargão técnico, tem sua compreensão dificultada.

Ressalte-se que há necessariamente uma distância entre a língua falada e a escrita. Aquela é extremamente dinâmica, reflete de forma imediata qualquer alteração de costumes, e pode eventualmente contar com outros elementos que auxiliem a sua compreensão, como os gestos, a entoação, etc. Para mencionar apenas alguns dos fatores responsáveis por essa distância. Já a língua escrita incorpora mais lentamente as transformações, tem maior vocação para a permanência, e vale-se apenas de si mesma para comunicar.

A língua escrita, como a falada, compreende diferentes níveis, de acordo com o uso que dela se faça. Por exemplo, em uma carta a um amigo, podemos nos valer de determinado padrão de linguagem que incorpore expressões extremamente pessoais ou coloquiais; em um parecer jurídico, não se há de estranhar a presença do vocabulário técnico correspondente. Nos dois casos, há um padrão de linguagem que atende ao uso que se faz da língua, a finalidade com que a empregamos.

Entretanto, o mesmo ocorre com os textos oficiais: por seu caráter impessoal, por sua finalidade de informar com o máximo de clareza e concisão, eles requerem o uso do padrão culto da língua. Há consenso de que o padrão culto é aquele em que:

a) se observam as regras da gramática formal, e

b) se emprega um vocabulário comum ao conjunto dos usuários do idioma.

É importante ressaltar que a obrigatoriedade do uso do padrão culto na redação oficial decorre do fato de que ele está acima das diferenças lexicais, morfológicas ou sintáticas regionais, dos modismos vocabulares, das idiossincrasias linguísticas, permitindo, por essa razão, que se atinja a pretendida compreensão por todos os cidadãos.

Lembre-se que o padrão culto nada tem contra a simplicidade de expressão, desde que não seja confundida com pobreza de expressão. De nenhuma forma o uso do padrão culto implica emprego de linguagem rebuscada, nem dos contorcionismos sintáticos e figuras de linguagem próprios da língua literária.

Pode-se concluir, então, que não existe propriamente um "padrão oficial de linguagem"; o que há é o uso do padrão culto nos atos e comunicações oficiais. É claro que haverá preferência pelo uso de determinadas expressões, ou será obedecida certa tradição no emprego das formas sintáticas, mas isso não implica, necessariamente, que se consagre a utilização de uma forma de linguagem burocrática. O jargão burocrático, como todo jargão, deve ser evitado, pois terá sempre sua compreensão limitada.

A linguagem técnica deve ser empregada apenas em situações que a exijam, sendo de evitar o seu uso indiscriminado. Certos rebuscamentos acadêmicos, e mesmo o vocabulário próprio a determinada área, são de difícil entendimento por quem não esteja com eles familiarizado. Deve-se ter o cuidado, portanto, de explicitá-los em comunicações encaminhadas a outros órgãos da administração e em expedientes dirigidos aos cidadãos. Outras questões sobre a linguagem, como o emprego de neologismo e estrangeirismo, são tratadas em detalhe em 9.3. Semântica.

Formalidade e Padronização

As comunicações oficiais devem ser sempre formais, isto é, obedecem a certas regras de forma: além das já mencionadas exigências de impessoalidade e uso do padrão culto de linguagem, é imperativo, ainda, certa formalidade de tratamento. Não se trata somente da eterna dúvida quanto ao correto emprego deste ou daquele pronome de tratamento para uma autoridade de certo nível (v. a esse respeito 2.1.3. Emprego dos Pronomes de Tratamento); mais do que isso, a formalidade diz respeito à polidez, à civilidade no próprio enfoque dado ao assunto do qual cuida a comunicação.

A formalidade de tratamento vincula-se, também, à necessária uniformidade das comunicações. Ora, se a administração federal é una, é natural que as comunicações que expede sigam um mesmo padrão.

O estabelecimento desse padrão, uma das metas deste Manual, exige que se atente para todas as características da redação oficial e que se cuide, ainda, da apresentação dos textos. A clareza datilográfica, o uso de papéis uniformes para o texto definitivo e a correta diagramação do texto são indispensáveis para a padronização. Consulte o Capítulo II, As Comunicações Oficiais, a respeito de normas específicas para cada tipo de expediente.

Concisão e Clareza

A concisão é antes uma qualidade do que uma característica do texto oficial. Conciso é o texto que consegue transmitir um máximo de informações com um mínimo de palavras. Para que se redija com essa qualidade, é fundamental que se tenha, além de conhecimento do assunto sobre o qual se escreve, o necessário tempo para revisar o texto depois de pronto. É nessa releitura que muitas vezes se percebem eventuais redundâncias ou repetições desnecessárias de ideias.

O esforço de sermos concisos atende, basicamente ao princípio de economia linguística, à mencionada fórmula de empregar o mínimo de palavras para informar o máximo. Não se deve de

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS; DEDUZIR NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAR AS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELECER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES; COMPREENSÃO DO PROCESSO LÓGICO QUE, A PARTIR DE UM CONJUNTO DE HIPÓTESES, CONDUZ, DE FORMA VÁLIDA, A CONCLUSÕES DETERMINADAS

Proposição

Conjunto de palavras ou símbolos que expressam um pensamento ou uma ideia de sentido completo. Elas transmitem pensamentos, isto é, afirmam fatos ou exprimem juízos que formamos a respeito de determinados conceitos ou entes.

Valores lógicos

São os valores atribuídos às proposições, podendo ser uma **verdade**, se a proposição é verdadeira (V), e uma **falsidade**, se a proposição é falsa (F). Designamos as letras V e F para abreviarmos os valores lógicos verdade e falsidade respectivamente.

Com isso temos alguns axiomas da lógica:

- **PRINCÍPIO DA NÃO CONTRADIÇÃO:** uma proposição não pode ser verdadeira E falsa ao mesmo tempo.
- **PRINCÍPIO DO TERCEIRO EXCLUÍDO:** toda proposição OU é verdadeira OU é falsa, verificamos sempre um desses casos, NUNCA existindo um terceiro caso.

"Toda proposição tem um, e somente um, dos valores, que são: V ou F."

Classificação de uma proposição

Elas podem ser:

- **Sentença aberta:** quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:
  - Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem? – Fez Sol ontem?
  - Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhoso!
  - Frases imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.
  - Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): "esta frase é falsa" (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – 2 + 5+ 1

- **Sentença fechada:** quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

- **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p,q,r, s..., chamadas letras proposicionais.

Exemplos

r: Thiago é careca.
s: Pedro é professor.

- **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P, Q, R, S..., também chamadas letras proposicionais.

Exemplo

P: Thiago é careca **e** Pedro é professor.

Atenção: todas as **proposições compostas são formadas por duas proposições simples.**

Exemplos:

- **1. (CESPE/UNB) Na lista de frases apresentadas a seguir:**
- "A frase dentro destas aspas é uma mentira."
- A expressão x + y é positiva.
- O valor de $\sqrt{4} + 3 = 7$.
- Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.
- O que é isto?

Há exatamente:
(A) uma proposição;
(B) duas proposições;
(C) três proposições;
(D) quatro proposições;
(E) todas são proposições.

Resolução:

Analisemos cada alternativa:

(A) "A frase dentro destas aspas é uma mentira", não podemos atribuir valores lógicos a ela, logo não é uma sentença lógica.

(B) A expressão x + y é positiva, não temos como atribuir valores lógicos, logo não é sentença lógica.

(C) O valor de $\sqrt{4} + 3 = 7$; é uma sentença lógica pois podemos atribuir valores lógicos, independente do resultado que tenhamos

(D) Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira, também podemos atribuir valores lógicos (não estamos considerando a quantidade certa de gols, apenas se podemos atribuir um valor de V ou F a sentença).

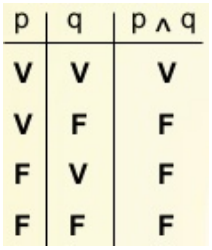
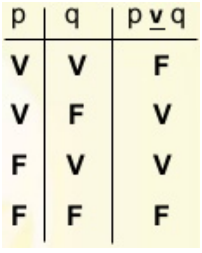
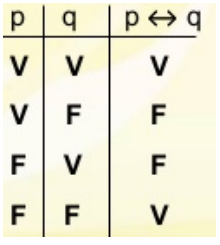
(E) O que é isto? - como vemos não podemos atribuir valores lógicos por se tratar de uma frase interrogativa.

Resposta: B.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Conectivos (conectores lógicos)

Para compor novas proposições, definidas como composta, a partir de outras proposições simples, usam-se os conectivos. São eles:

OPERAÇÃO	CONECTIVO	ESTRUTURA LÓGICA	TABELA VERDADE
Negação	~	**Não** p	
Conjunção	^	p **e** q	
Disjunção Inclusiva	v	p **ou** q	
Disjunção Exclusiva	v	**Ou** p **ou** q	
Condicional	→	**Se** p **então** q	
Bicondicional	↔	p **se e somente se** q	

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

GEOGRAFIA E HISTÓRIA DO MARANHÃO

FORMAÇÃO TERRITORIAL E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO MARANHENSE

Base física e configuração do território

O território maranhense ocupa uma posição de contato entre a Amazônia oriental, os cerrados do interior e o litoral setentrional brasileiro. Essa localização ajuda a explicar a variedade de paisagens, as conexões comerciais históricas e a coexistência de formas distintas de ocupação. O estado integra a Região Nordeste, confronta o Pará a oeste, o Tocantins ao sul e sudoeste, o Piauí a leste e o oceano Atlântico ao norte. Sua dimensão territorial reúne longas distâncias internas: o deslocamento entre a costa e o extremo sul atravessa diferentes unidades de relevo, condições de circulação e padrões de povoamento.

- **Posição regional e limites**

O litoral recortado e a Ilha de São Luís

O litoral não forma uma faixa uniforme. Na porção ocidental, extensas reentrâncias, estuários e áreas de manguezal são influenciados pelo movimento das marés; mais a leste, aparecem praias, dunas e ambientes de restinga. A Ilha de São Luís, também chamada Upaon-Açu, concentra a capital e municípios vizinhos. Sua posição junto ao Golfão Maranhense favoreceu a implantação de ancoradouros e a comunicação marítima, mas exigiu a adaptação de vias e construções a terrenos baixos, canais e áreas suscetíveis a alagamentos. O encontro das águas dos rios Anil e Bacanga ilustra como a geografia interferiu na formação do núcleo urbano histórico de São Luís.

A faixa costeira estabelece relações com o interior por meio de bacias hidrográficas e rotas terrestres. Portos e terminais não dependem apenas da profundidade da água ou de instalações locais: sua função territorial resulta das ligações com ferrovias, estradas, áreas de produção e centros consumidores. Assim, uma mercadoria embarcada na região de São Luís pode ter origem muito distante, inclusive fora do Maranhão. É indispensável distinguir o espaço diretamente ocupado pelas instalações portuárias da área econômica que utiliza seus serviços, pois a segunda ultrapassa os limites metropolitanos e estaduais.

Transições ambientais e diversidade de superfícies

A leste e ao sul, os cerrados apresentam chapadas, vales e superfícies favoráveis a atividades agropecuárias em determinadas condições. No oeste, áreas de influência amazônica registram formações florestais cuja distribuição foi modificada pela exploração da madeira, pela agropecuária e pela abertura de vias. Entre essas porções, palmeirais de babaçu e mosaicos de vegetação caracterizam espaços de transição. A ocorrência de uma palmeira ou de uma formação aberta não basta para definir isoladamente o bioma de determinado lugar: são necessárias observações do clima, dos solos, da vegetação predominante e das relações ecológicas.

- **Relevo, bacias e passagens naturais**

Chapadas, depressões e vales fluviais

As chapadas do sul maranhense constituem formas de relevo com superfícies relativamente elevadas e bordas que podem apresentar escarpas. A Chapada das Mesas, na região de Carolina e Riachão, exemplifica a presença de modelados associados à erosão e à ação prolongada das águas. No centro e no norte, vales e áreas mais baixas favoreceram outros usos da terra, inclusive a implantação de povoações próximas aos rios. A topografia influencia custos de construção de estradas, a drenagem urbana e a distribuição dos assentamentos rurais. Contudo, não determina sozinha as escolhas humanas: investimentos, relações de propriedade e decisões políticas podem alterar a direção dos fluxos territoriais.

Os rios Itapecuru, Mearim, Pindaré, Gurupi e Parnaíba aparecem entre os principais referenciais hidrográficos, embora apresentem papéis diferentes. O Itapecuru articulou historicamente áreas do interior com a proximidade da capital. O Mearim atravessa regiões de pecuária, agricultura e planícies sujeitas à influência das cheias; o Pindaré compõe conexões importantes no centro-oeste. Gurupi e Parnaíba estão associados também a limites interestaduais, enquanto o Tocantins influencia a dinâmica do sudoeste maranhense. Não é correto imaginar todos esses cursos como vias permanentemente navegáveis: profundidade, sazonalidade, obstáculos e condições de infraestrutura mudam sua utilização.

Cheias, marés e conectividade

Na Baixada Maranhense, campos inundáveis e lagos apresentam variação expressiva entre os períodos mais chuvosos e os menos chuvosos. Uma povoação ligada a uma sede municipal por estrada de terra pode enfrentar dificuldade de acesso durante cheias, enquanto certas passagens por água se tornam mais úteis em épocas específicas. O calendário hidrológico, portanto, altera a duração das viagens, o escoamento de alimentos e a prestação de serviços essenciais. Planejamento territorial adequado considera pontes, drenagem, manutenção viária e alternativas de transporte, em vez de tratar o acesso como um problema exclusivamente rodoviário.

Outro aspecto decisivo é a distinção entre limite político e integração funcional. A fronteira estadual define competências administrativas, mas não impede circulação de trabalhadores, produtos e serviços entre Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Municípios situados em bordas territoriais podem depender cotidianamente de mercados e equipamentos públicos de cidades de outro estado. A configuração maranhense é, assim, resultado da combinação de características físicas, movimentos históricos e relações econômicas que operam em diferentes escalas.

Frentes históricas de ocupação e circulação

A ocupação do espaço maranhense ocorreu por movimentos diferentes, nem sempre articulados entre si. A faixa litorânea ganhou importância com o comércio marítimo e a formação de núcleos administrativos, enquanto áreas do interior foram conectadas por rios, caminhos de tropas, fazendas e, posteriormente, estradas e ferrovias. Essa distribuição não significa que o interior estivesse vazio antes da presença colonial. Povos indígenas habitavam e percorriam os territórios, organizando aldeias, roças, áreas de caça e redes próprias de intercâmbio. A ocupação colonial alterou essas territorialidades por meio de conflitos, alianças, deslocamentos e apropriação de recursos.

- **Fixação no litoral e penetração pelos rios**

São Luís, Alcântara e o controle costeiro

A implantação do núcleo de São Luís e a expansão de povoamentos em seu entorno combinaram interesses militares, administrativos e mercantis. A localização da capital criou um ponto de concentração de autoridades e atividades portuárias, com relações intensas com o Atlântico. Alcântara, situada na margem oposta da baía de São Marcos, tornou-se importante centro de produção rural e circulação de pessoas e mercadorias. As distâncias marítimas relativamente curtas entre determinados pontos não eliminavam dificuldades de transporte: ventos, marés, embarcações disponíveis e infraestrutura de desembarque condicionavam as viagens.

No período de expansão agrícola colonial, ligações entre fazendas, engenhos, povoados e locais de embarque estimularam a formação de redes de abastecimento. Havia trajetos voltados à exportação e outros destinados ao fornecimento regional de farinha, carne, arroz e produtos cotidianos. Os caminhos eram socialmente desiguais: proprietários podiam controlar terras e armazéns, enquanto trabalhadores livres pobres e pessoas escravizadas sustentavam grande parte da produção e do transporte. A mesma rota fluvial podia integrar comerciantes e, simultaneamente, reforçar mecanismos de dependência sobre comunidades rurais.

O Itapecuru como eixo de articulação

O vale do Itapecuru ligou zonas agrícolas a centros como Caxias e à área de influência de São Luís. Em um percurso mercantil hipotético, fardos de algodão sairiam de propriedades do interior, seriam reunidos em um ponto de comércio e transportados por trechos fluviais e terrestres até locais de embarque. O custo e a duração do circuito dependiam das cheias, do estado dos caminhos e da disponibilidade de força de trabalho. Esse encadeamento mostra que a produção econômica não se localiza apenas na fazenda: envolve travessias, armazenamento, comércio e serviços.

- **Interiorização pecuária e caminhos terrestres**

Campos de criação e novas povoações

Áreas do leste e do sul receberam fluxos ligados à pecuária e à agricultura, em conexão com regiões vizinhas. A criação extensiva de gado demandava grandes espaços e deslocamentos entre pastagens, aguadas e mercados. A formação de fazendas podia originar pontos de descanso, feiras e pequenos núcleos urbanos, mas também acirrava disputas pela terra. O avanço de propriedades sobre territórios de uso indígena e comunitário não foi um simples prolongamento espontâneo das fronteiras econômicas: envolveu imposição de autoridade, coerção e mudanças na posse do solo.

Balsas adquiriu relevância como ponto de articulação no sul do estado, em relação com corredores de circulação e, mais recentemente, com a produção agropecuária em escala comercial. Caxias consolidou funções comerciais e políticas no leste, associadas aos eixos fluviais e terrestres. Já localidades do oeste e do sudoeste se vincularam, em períodos posteriores, a projetos de colonização, transporte e integração com a Amazônia oriental. Essas trajetórias distintas impedem reduzir a ocupação maranhense a um movimento único que teria partido da capital e avançado de forma linear.

A comparação dos principais caminhos de ocupação permite identificar sua lógica espacial e seus efeitos sociais.

Frente de ocupação	Via predominante	Atividades associadas	Efeito territorial
Costeira e estuarina	Mar, baías e canais	Comércio e administração	Concentração de funções em portos e núcleos litorâneos
Vale do Itapecuru	Rio e caminhos de ligação	Agricultura e comércio regional	Articulação de fazendas, povoados e Caxias
Interior de criação	Trilhas e estradas terrestres	Pecuária e abastecimento	Expansão de fazendas e surgimento de feiras
Corredores modernos	Rodovias e ferrovias	Indústria, grãos e minérios em trânsito	Integração de mercados distantes

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

CONCEITOS BÁSICOS DE HARDWARE E SOFTWARE; DISPOSITIVOS DE ENTRADA, SAÍDA E ARMAZENAMENTO; SOFTWARES UTILITÁRIOS

A informática é a área relacionada ao tratamento automático da informação por meio de recursos computacionais. Ela envolve computadores, programas, redes, dispositivos digitais e sistemas capazes de receber dados, processá-los, armazená-los e apresentar resultados úteis ao usuário. Em sentido amplo, a informática não está presente apenas em computadores pessoais, mas também em celulares, caixas eletrônicos, sistemas bancários, plataformas educacionais, equipamentos hospitalares, veículos, indústrias e diversos serviços digitais.

Para compreender a informática, é essencial diferenciar dado e informação. Dados são elementos isolados, como números, letras, símbolos ou registros sem interpretação imediata. A informação surge quando esses dados são organizados, processados e analisados dentro de um contexto. Por exemplo, uma lista de notas escolares contém dados; quando o sistema calcula médias, gera relatórios e indica o desempenho dos alunos, esses dados se transformam em informação útil.

▸ Hardware e software

Partes física e lógica do sistema

Todo sistema computacional depende da integração entre hardware e software. O hardware corresponde à parte física do computador, isto é, aos componentes que podem ser tocados, conectados, substituídos ou reparados. Já o software corresponde à parte lógica, formada por programas, sistemas, aplicativos e instruções que orientam o funcionamento da máquina.

A tabela a seguir apresenta uma comparação didática entre esses dois elementos fundamentais.

Aspecto	Hardware	Software
Natureza	Parte física do computador	Parte lógica do computador
Forma de existência	Pode ser tocado e visto fisicamente	Existe como instruções, códigos e programas
Função	Executar operações físicas e permitir interação	Controlar, organizar e orientar o hardware
Exemplos	Monitor, teclado, mouse, processador, memória, HD, SSD e impressora	Sistema operacional, navegador, editor de texto, antivírus e aplicativos
Problemas comuns	Quebra, superaquecimento, mau contato ou desgaste	Travamentos, vírus, incompatibilidade ou erro de atualização

Funcionamento integrado

Hardware e software são complementares. Um computador sem software é apenas um conjunto de peças sem orientação funcional. Da mesma forma, um software sem hardware não possui meio físico para ser executado. Assim, o funcionamento do computador depende da ação conjunta entre componentes materiais e instruções lógicas.

HARDWARE: COMPONENTES FÍSICOS DO COMPUTADOR

▸ Conceito de hardware

Estrutura material do sistema computacional

Hardware é o conjunto de componentes físicos que formam um computador ou dispositivo digital. Ele inclui peças internas, periféricos, placas, cabos, conectores, unidades de armazenamento e equipamentos de comunicação. Diferentemente do software, que corresponde aos programas e instruções, o hardware representa a parte material do sistema, ou seja, aquilo que possui existência física e pode ser instalado, removido, substituído ou reparado.

O hardware é responsável por executar fisicamente as operações solicitadas pelo software. Quando o usuário abre um programa, digita um texto, move o mouse ou imprime um documento, diversos componentes físicos trabalham em conjunto para transformar comandos em resultados visíveis.

▸ Principais grupos de hardware

Classificação conforme a função

A tabela a seguir organiza os principais grupos de hardware, relacionando cada grupo à sua função no funcionamento do computador.

Grupo de hardware	Função principal	Exemplos
Processamento	Executa instruções, cálculos e operações lógicas	Processador e placa de vídeo

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Memória	Mantém dados temporários ou instruções essenciais	RAM, ROM e memória cache
Armazenamento	Guarda arquivos, programas e sistema operacional	HD, SSD, pen drive e cartão de memória
Entrada	Permite inserir dados e comandos no computador	Teclado, mouse, scanner, microfone e câmera
Saída	Apresenta resultados ao usuário	Monitor, impressora, caixas de som e projetor
Integração	Conecta e organiza a comunicação entre componentes	Placa-mãe, barramentos, portas e conectores

- **Componentes internos principais**

Processador, placa-mãe, memória e armazenamento

O processador, também chamado de CPU, interpreta e executa instruções. A placa-mãe conecta os componentes internos e permite a comunicação entre processador, memória, armazenamento e periféricos. A memória RAM guarda temporariamente os dados em uso, enquanto HD e SSD armazenam arquivos de forma permanente. O SSD, por não possuir partes mecânicas, costuma ser mais rápido que o HD.

O bom funcionamento do hardware depende de compatibilidade, conservação e refrigeração. Poeira, calor excessivo, quedas de energia e peças incompatíveis podem causar lentidão, travamentos, desligamentos inesperados ou danos físicos.

Software: Programas, Sistemas e Aplicações

- **Conceito de software**

Parte lógica do sistema computacional

Software é o conjunto de programas, comandos e instruções que orientam o funcionamento de um computador ou dispositivo digital. Ele não corresponde a uma peça física, mas à parte lógica responsável por indicar ao hardware o que deve ser feito. É por meio do software que o usuário consegue escrever textos, acessar a internet, editar imagens, assistir a vídeos, jogar, enviar mensagens, organizar arquivos e executar diversas atividades.

O software depende do hardware para ser instalado, armazenado e executado. Ao mesmo tempo, o hardware precisa do software para realizar tarefas úteis. Essa relação mostra que o computador funciona como um sistema integrado: as peças físicas executam as ações, enquanto os programas determinam a lógica dessas ações.

- **Tipos de software**

Classificação conforme a função

Os softwares podem ser classificados de acordo com o papel que desempenham no sistema. Essa classificação ajuda a entender que nem todos os programas têm a mesma finalidade.

Tipo de software	Função	Exemplos
Software de sistema	Controla o funcionamento geral do computador	Sistema operacional, drivers e utilitários
Software aplicativo	Permite ao usuário realizar tarefas específicas	Navegador, editor de texto, planilha, jogos e aplicativos de mensagem
Software de desenvolvimento	Auxilia na criação de outros programas	Linguagens de programação, editores de código e compiladores

- **Sistema operacional, drivers e utilitários**

Programas essenciais ao funcionamento

O sistema operacional é o principal software de sistema. Ele gerencia memória, processador, arquivos, dispositivos, programas e a interação com o usuário. Sem ele, o uso do computador seria limitado e pouco acessível.

Os drivers permitem a comunicação entre o sistema operacional e os componentes de hardware. Uma impressora, uma placa de vídeo ou uma placa de rede pode precisar de driver adequado para funcionar corretamente. Já os utilitários auxiliam na manutenção, proteção e organização do sistema, como antivírus, compactadores, ferramentas de backup e programas de limpeza.

O uso responsável de software exige atenção à origem dos programas, ao licenciamento, à compatibilidade e às atualizações. Programas desatualizados ou baixados de fontes duvidosas podem gerar falhas, vírus e riscos de segurança.

Integração entre Hardware e Software

- **Funcionamento conjunto do sistema**

Como o computador executa tarefas

O computador funciona por meio da integração entre hardware e software. O hardware fornece a estrutura física necessária para executar operações, enquanto o software envia instruções que organizam o uso desses componentes. Quando o usuário abre um navegador, por exemplo, o sistema operacional coordena o processador, a memória RAM, o armazenamento, a placa de rede, o teclado, o mouse e o monitor para que a página seja acessada e exibida corretamente.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ENSINO DE HISTÓRIA: SELEÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE OBJETOS DE CONHECIMENTO HISTÓRICOS, METODOLOGIAS DO ENSINO DE HISTÓRIA, TRABALHO COM DOCUMENTOS E DIFERENTES LINGUAGENS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Tempo histórico e representação cronológica

- **Sequência, duração e intervalo**

Linhas do tempo ajudam a organizar acontecimentos, mas seu valor didático depende de mostrar relações temporais, não apenas de ordenar datas. O aluno precisa distinguir sequência, duração, simultaneidade e intervalo. Um acontecimento pode ocupar um ponto específico, enquanto um processo se estende por vários anos e pode sobrepor-se a outros. Em uma atividade sobre a Primeira Guerra Mundial, iniciada em 1914 e encerrada em 1918, a linha pode registrar batalhas e decisões diplomáticas em pontos, enquanto mobilização econômica, racionamento e transformações sociais aparecem como faixas de duração. Essa combinação torna visível que fenômenos diferentes coexistem no mesmo período.

Escala temporal e proporcionalidade

A escala define como o espaço gráfico corresponde ao tempo. Se intervalos iguais representam períodos muito diferentes, o aluno pode interpretar erroneamente a proximidade ou a duração dos fatos. Em atividades simples, não é necessário construir uma escala matemática rigorosa, mas deve ficar claro quando a representação é proporcional e quando é apenas esquemática. Uma linha que mostra 1914, 1916 e 1918 com distâncias equivalentes facilita perceber intervalos; outra que reúne séculos inteiros em pequenos segmentos precisa explicar que sua finalidade é apenas situar grandes períodos.

- **Simultaneidade em linhas paralelas**

Uma única faixa pode esconder acontecimentos que ocorrem ao mesmo tempo em espaços diferentes. Linhas paralelas permitem comparar frentes de guerra, mudanças políticas, experiências civis e acontecimentos em diferentes países. Em vez de apresentar a Primeira Guerra apenas como sucessão de batalhas europeias, a atividade pode colocar em faixas separadas os principais momentos militares, alterações nas alianças, participação de populações civis e repercussões em outras regiões. A disposição visual ajuda a perceber que o tempo histórico é compartilhado por processos que seguem ritmos distintos.

Intervalos, escalas e faixas paralelas devem ser definidos conforme a relação temporal que a atividade pretende tornar visível.

Formato	Função principal	Uso adequado
Linha linear	Ordenar eventos sucessivos	Sequência de acontecimentos delimitados
Linha com faixas	Representar duração	Processos que começam e terminam em períodos diferentes
Linhas paralelas	Mostrar simultaneidade	Comparação entre espaços ou dimensões sociais
Linha temática	Acompanhar um único eixo	Evolução de uma instituição, técnica ou conflito

A tabela mostra que “linha do tempo” não designa um único modelo. O recurso pode ser adaptado para evidenciar relações que uma lista de datas não consegue mostrar com clareza. O professor escolhe o formato de acordo com a pergunta histórica, e não apenas pela facilidade gráfica.

A posição visual dos marcos também influencia a leitura. Quando fatos de importância muito diferente recebem o mesmo destaque, a linha pode sugerir equivalência indevida. O professor pode discutir tamanho de rótulos, agrupamentos e símbolos como escolhas de comunicação. Essa análise ajuda os alunos a perceber que a organização gráfica participa da interpretação, mesmo quando todas as datas registradas estão corretas.

Construção de linhas do tempo pelos alunos

- **Seleção de acontecimentos relevantes**

Construir uma linha exige decidir o que incluir e o que deixar de fora. Essa seleção é uma operação histórica importante, porque obriga o aluno a justificar relevância. Em uma atividade sobre a Primeira Guerra Mundial, não é produtivo registrar todos os acontecimentos disponíveis. A turma pode selecionar momentos que ajudem a explicar mudanças na configuração do conflito, entrada ou saída de países, transformações nas condições de combate e efeitos sobre civis. Cada item precisa estar associado a uma função explicativa, e não ser inserido apenas porque possui uma data conhecida.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Eventos pontuais e processos contínuos

Uma dificuldade frequente é representar processos como se fossem pontos isolados. Industrialização, urbanização, migração ou mudanças culturais não começam e terminam em um único dia. O professor pode orientar o uso de barras, cores identificadas por legenda ou áreas de duração para diferenciá-los de acontecimentos pontuais. Quando a duração é incerta ou varia entre regiões, isso pode ser indicado textualmente. A linha do tempo deixa de sugerir uma precisão inexistente e passa a comunicar diferentes naturezas temporais.

- **Legendas, rótulos e níveis de informação**

Uma linha sobrecarregada perde legibilidade. Os rótulos devem informar data ou período, acontecimento e, quando necessário, uma frase curta sobre sua importância. Informações detalhadas podem aparecer em fichas associadas ou em texto complementar. Título, escala, legenda e critérios de seleção precisam estar visíveis. A atividade também pode pedir que grupos construam linhas diferentes com base no mesmo tema, usando recortes distintos, e depois comparem como a seleção modifica a narrativa histórica.

A construção de uma linha do tempo requer decisões explícitas sobre escala, seleção e forma de representar relações temporais:

- Definir a pergunta histórica que orientará a seleção dos marcos.
- Escolher uma escala compatível com a extensão do período representado.
- Diferenciar graficamente acontecimentos pontuais de processos duradouros.
- Indicar simultaneidades quando fenômenos relevantes ocorrem em espaços distintos.
- Justificar a inclusão de cada marco pela sua função na explicação.

Essas decisões mostram que toda linha do tempo é uma construção. Dois grupos podem produzir representações diferentes e ainda assim consistentes, desde que seus critérios sejam claros e os dados estejam corretos.

Quando o trabalho é realizado em grupos, a comparação das linhas produzidas pode revelar critérios distintos de seleção. Um grupo pode destacar decisões políticas; outro, experiências civis; outro, mudanças tecnológicas. Em vez de escolher uma versão como única, a turma pode discutir que pergunta cada representação responde melhor e que aspectos ficam menos visíveis. Essa comparação transforma o produto gráfico em argumento histórico.

Interpretação crítica de cronologias e periodizações

- **Sequência não é causalidade**

O fato de um acontecimento ocorrer antes de outro não demonstra que seja sua causa. A linha do tempo facilita observar precedência, mas a explicação causal exige evidências adicionais. Se uma crise econômica antecede uma mudança política, por exemplo, é preciso investigar mecanismos que conectem os fenômenos. O professor pode apresentar uma linha pronta e pedir aos alunos que marquem relações que são apenas cronológicas e relações para as quais existem indícios de influência. Essa distinção reduz explicações simplistas baseadas apenas na ordem dos eventos.

Ritmos diferentes e permanências

Alguns processos aceleram em períodos de crise, enquanto outros mudam lentamente. Uma linha pode incorporar permanências para mostrar que nem tudo se transforma quando ocorre um grande acontecimento. Durante uma guerra, governos e fronteiras podem se alterar rapidamente, mas práticas familiares, desigualdades sociais ou estruturas econômicas podem permanecer por mais tempo. Representar continuidade junto com ruptura ajuda a evitar a ideia de que cada marco inaugura uma realidade inteiramente nova.

- **Periodização como escolha interpretativa**

Dividir a história em períodos é uma forma de organizar o tempo com base em critérios. Datas de início e fim destacam determinados acontecimentos e podem ocultar outros. A periodização tradicional de uma guerra por datas militares, por exemplo, pode ser ampliada por uma linha que inclua mobilização anterior, consequências econômicas posteriores ou transformações sociais que ultrapassam o armistício. O objetivo não é eliminar marcos convencionais, mas mostrar que sua utilidade depende da pergunta formulada.

A leitura crítica também pode comparar uma linha muito longa, que reúne séculos, com outra concentrada em poucos anos. O contraste mostra que a percepção de velocidade depende do recorte. Mudanças que parecem instantâneas em uma escala ampla podem revelar etapas, recuos e disputas quando observadas de perto.

A diferença entre leitura cronológica e interpretação histórica pode ser organizada pelos critérios abaixo.

Operação	Pergunta	Limite
Ordenar	O que veio antes e depois?	Não explica por que ocorreu
Medir duração	Quanto tempo um processo se estendeu?	Não revela intensidade da mudança
Comparar simultaneidades	O que ocorria ao mesmo tempo?	Não demonstra relação entre os fenômenos
Periodizar	Que marco separa etapas?	Depende do critério escolhido
Explicar	Como e por que os elementos se relacionam?	Exige evidências além da cronologia

A linha do tempo funciona melhor quando serve de base para perguntas explicativas. Depois de construir ou ler a representação, os alunos podem escolher dois marcos e justificar sua relação, identificar processos que ultrapassam as divisões adotadas ou propor outro critério de periodização. O recurso deixa de ser um quadro de datas e passa a apoiar a compreensão de ritmos, simultaneidades e mudanças.

apostilas opção

GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

